

PEREIRA, Elvya Ribeiro. *Piguara: Alencar e a invenção do Brasil*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2000.

Maria Theresa Abelha Alves
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Estadual de Feira de Santana

O Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural vem publicando, regularmente, ensaios de interesse dos que se dedicam aos estudos literários. Tanto professores e alunos de cursos de Letras quanto os demais interessados nos fatos culturais constituem o público-alvo destas edições. Um dos títulos da coleção, *Piguara: Alencar e a invenção do Brasil*, vem ocupar um lugar de destaque no acervo crítico do grande romântico brasileiro. Sua autora, de início, jogando com a biografia de Alencar e suas obras críticas e literárias, com propriedade recupera o pensamento exposto na última carta sobre a *Confederação dos Tamoios* (quando o romancista troçara do personagem Brás Cubas, do poema de

Gonçalves de Magalhães) e o expresso em *Como e porque sou romancista* (quando expusera seu desejo de se tornar “escritor póstumo”) e resgata, assim, o diálogo (duelo?) entre Alencar e Magalhães, ensejando um multílogo de que fazem parte os dois escritores nomeados e outros que compunham o cenário literário e crítico do século XIX. Desse processo não escapam a ensaísta e seus leitores, que são convocados a desenvolverem novas habilidades de leitura, e, obviamente, Machado de Assis que é convidado especial na obra que celebra Alencar, pois o concerto de vozes é mediatizado pela figura emblemática de Brás Cubas. Ficção de ficção, numa linha tão cara ao pós-modernismo? Não. Apenas um lúcido e bem urdido questionamento

acerca do papel pioneiro de Alencar no pensar o Brasil e no querer inventá-lo autenticamente genuíno.

Numa série de oito capítulos, nomeados todos com humor e ironia, mas sempre com muita pertinência, entre as “Memórias Póstumas” e as “Memórias Prósperas”, o livro se desenvolve como um convite à emoção compartilhada. A partir mesmo dos títulos atribuídos a cada capítulo, o leitor percebe que sua leitura do ensaio tem que trilhar as vias transversas trilhadas por Elvya em sua leitura de Alencar. Em geral, a crítica alencariana e a crítica sobre o Romantismo brasileiro percorreram as mesmas sendas. A leitura de Elvya encontra os críticos da obra de Alencar e deles faz uma criativa leitura que não os repete, mas os tensiona. Se repetição há, ela se dá na diferença. Os caminhos se entrecruzam, mas a caminhada é outra, ousando não só descolorir em sépia o retrato ideológico tradicionalmente conferido a José de Alencar, como também pintá-lo em cores vivas. É este o desafio que o ensaio lança a seus leitores, eles também têm que abandonar

suas bases de análise e lançar-se ao novo. Como a de Dante, guiada por Virgílio, a caminhada que se espera dos leitores não constitui tarefa difícil, pois eles têm a guiá-los uma autora, antes leitora apaixonada de Alencar, que, numa linguagem correta, e mediante uma notável bibliografia (quantitativa e qualitativamente), investiga o século XIX e suas correntes criativas, ideológicas e estéticas. Assim, Elvya conduz seus interlocutores à reflexão, através de socrático método em que respostas não são dadas, mas perguntas são propostas para fomentarem o olhar por outras perspectivas.

O primeiro capítulo – “Memórias Póstumas” – inicia, como ocorre no romance de Machado de Assis, com a narração da morte do herói. O dado biográfico e factual lá está: dia e hora do desenlace. O fato, que teve uma repercussão modesta na cena carioca, levou o Imperador a dizer, laconicamente: – “Homem inteligente... mas muito malcriado”. A ensaísta se apropria deste episódio para, a partir dele, perscrutar o tom, a atmosfera, a mentalidade novecentista. É com a história das

mentalidades que contextualiza a época de José de Alencar, fornecendo o quadro referencial ideológico, estético e retórico que circunscreveu o escritor e condicionou-lhe a pena. Ao apresentar uma citação de Paul Veyne como epígrafe o ensaio delinea sua não inocência. A mentalidade do tempo em que Alencar viveu é responsável pelo incontornável embate de forças contraditórias que as obras de criação e de crítica do romancista cearense ilustram, ao apresentarem o ideal do homem civilizado e os confrontos traumáticos da colonização sob o véu poético de uma natureza paradisíaca e harmonizadora. A mentalidade do tempo justifica a construção da pátria brasileira neste “entre-lugar”: natureza e cultura.

O segundo capítulo – “Comentário virtual: ‘é a cara do pai’” – trabalha a relação pai-filho, tal como se expressa pelo imaginário romântico brasileiro, observando ora os paratextos alencarianos, ora seus romances indianistas com a finalidade de refletir sobre a problemática subjacente à metáfora familiar, ou seja, a tensão entre o “instinto

de nacionalidade” e o fantasma obsidiante da “matriz cultural”.

O terceiro capítulo – “Piguara – o criador e a criatura” – fornece ao leitor a chave para a compreensão do título geral da obra, ao expor a tradução dada pelo autor de *O Guarani* à palavra indígena “piguara”: guia, senhor dos caminhos. Porém não é de qualquer caminho que se trata, mas daquelas veredas que se fazem sob os pés dos primeiros andarilhos. A partir do prefácio a *Sonhos d’Ouro*, a ensaísta, à luz do significado de “piguara”, pondera que tal vocábulo, de certa maneira, poderia ser atribuído ao próprio Alencar que, por sua atividade romanesca e crítica, abriu caminhos e deles se fez senhor no que concerne a um projeto de fundação de uma cultura brasileira. É o pioneirismo de Alencar que justifica o deslocamento temporal que se verifica em sua obra indianista e que objetivava atenuar o atrito das culturas (a pré-cabralina autóctone e a européia civilizacional), mediante o deslizar e a indefinição entre o mito e a história.

O quarto capítulo – “A santíssima trindade indianista” – discu-

te os três romances de fundação da identidade nacional. Revisitando a literatura de viagens que fora objeto de leitura de Alencar para a configuração do problema indígena, Elvya desvela a armadilha que o “europeocentrismo romântico” armou para Alencar e em que ele caiu, quando tomou de empréstimo os valores dos colonizadores para tecer o perfil de seus heróis indígenas. A autora revela as ambigüidades do romancista, suas opções políticas conservadoras sem deixar de registrar seus avanços estéticos. Analisando *Ubirajara*, demonstra o caráter de pureza étnica que foi conferido ao herói fundador da nação tabajara, pois o romance recua para o período pré-cabralino, a fim de criar um índio diferente daquele que aparecia nos relatos dos cronistas e viajantes. Elvya mostra como esse novo retrato se pinta com as cores dos grandes heróis ocidentais, tais como os consagrados pelas epopéias homéricas ou pelos romances medievais, quando investiga a trilha de glória que se molda pelo binômio caçador/guerreiro, inscrito nos nomes que o herói adquire

na diegese: Jaguaré e Ubirajara. Analisando *O Guarani*, a estudiosa focaliza dois momentos cruciais para a economia do romance: o início em que se evidenciam as contradições inerentes a um tempo dividido entre a ética senhorial e a prática do capitalismo emergente, e o final, quando o “dilúvio” faz Peri recontar a lenda de Tamandaré – o herói indígena que, qual Noé, sobreviveu à enchente para iniciar uma nova era – que acen-tua o esgarçamento de limites, comum aos romances indianistas alencarianos, entre o real e o fantástico, a história e o mito. Analisando *Iracema*, ilumina o símile natureza-mãe que o romance, por meio da protagonista, instaura. A simbiose natureza-Iracema a um só tempo metaforiza o projeto de uma literatura americana e neutraliza o processo mortífero da colonização, pois se Iracema sucumbe, a natureza (seu símile e símile da raça americana) irrompe viçosa e pujante, como a insinuar que, a despeito do que for, manter-se-á viva.

No quinto capítulo – “Diálogos Brasil: Alencar, Freyre e a identidade brasileira” –, com a

astúcia de grande investigador, Elvya “garimpa” na obra de Gilberto Freyre elementos retóricos, estéticos e ideológicos que traduzem um possível diálogo entre o pensador pernambucano e o escritor cearense, tanto na pretensão de usar uma língua com sabor e sensualidade tropicais, quanto no cultivo da polêmica, quanto no exercício de um diálogo com os leitores através de paratextos explicativos dos respectivos projetos de construção de uma identidade nacional. Mediante a reflexão sobre os escritos de um e outro, faz-se a análise do Romantismo e também passa-se a limpo as propostas Modernistas dos grupos de São Paulo e de Recife. Questões cruciais para um e outro movimento, como a oralidade, o uso de coloquialismos e o emprego dos pronomes pessoais, são retomadas e esclarecidas.

O sexto capítulo – “Um leitor de Alencar” – reflete sobre a atividade de Brito Broca, sem dúvida um dos mais perspicazes críticos da obra de José de Alencar na década de cinquenta do século passado. Teorizando sobre o crítico, a ensaísta observa o quão importante é a

contextualização espaço-temporal, pois sem ela se perderiam importantes referências retóricas e ideológicas que inserem a produção alencariana no contexto das idéias e das forças sociais que dinamizaram as polêmicas literárias de que Alencar participou. Para ilustrar, são contextualizadas duas delas: a questão da linguagem brasileira que colocou em campos opostos José de Alencar, José Feliciano de Castilho e Franklin Távora e aquela em que se bateram Alencar e Joaquim Nabuco.

No sétimo capítulo, intitulado, com muita originalidade, “Do alto da Boa Vista à Garnier”, são focalizadas as cartas trocadas (e abertas ao público nos jornais da época) entre o autor de *Iracema* e Machado de Assis, sobre o jovem poeta Castro Alves. Com inegável e invejável argúcia crítica, são lidos, nas entrelinhas e nos interditos, os aspectos problemáticos que envolviam a literatura do século XIX, e que podem ser metaforizados no movimento da “natureza” para a “civilização”, isto é, do Alto da Boa Vista para a livraria Garnier. Assim, o livro de Elvya estabelece uma

peregrinatio ad loca literae que traduz as tensões e paixões que mantiveram unidos o escritor romântico e seu projeto nacionalista e o crítico e escritor realista, autor de *Dom Casmurro*, que já se afigurava “moderno”.

Interessantemente, o livro é aberto com o capítulo “Memórias Póstumas” que, em vez de fornecer dados passados, aponta para marcas futuras que a obra alencariana imprimiu na literatura e cultura brasileiras, e é finalizado com o capítulo “Memórias Prósperas” que, mais que pretender um ludismo fonomorfo-semântico, resgata o passado/presente criado por Alencar. Evidencia-se o jogo que tão bem o romancista cearense soube jogar: o da memória transfigurada e articulada miticamente para um agora eterno, sempre o mesmo e outro sempre, em que a nação brasileira se tem encontrado e confrontado com a nação colonizadora.

Piguara: Alencar e a invenção do Brasil é uma obra multi-histórica, pois agencia a História brasileira, codificando-lhe fatos e personagens, convoca a história literária, pois surpreende o panorama cultural do século

XIX, adota procedimentos da história social e dialética, pois trabalha as contradições entre as forças que dinamizaram o século, utiliza práticas da história das mentalidades, pois recria a atmosfera que circunscreveu a obra alencariana, graças a uma série de micro-histórias, numa bem articulada e conseguida trama. Assim a obra ilumina a demanda da identidade nacional, desnudando o jogo retórico e expressivo em torno da memória e do esquecimento, “tão comum na apreensão da História pelos países colonizados, nomeadamente pelos países latino-americanos”. Pensando o Brasil a partir de sua condição de jovem nação, cultural e economicamente periférica, que almeja inserir-se entre as ditas nações civilizadas, o discurso de José de Alencar, renovado pelo livro de Elvya, pressupõe “compensações sócio-culturais ambíguas, e de frágeis superações ideológicas do mal-estar inerente à civilização”. Tal é o “paradoxo necessário” de uma construção discursiva oscilante entre os valores locais e a busca da civilização vinda de alhures, cicatriz que profundamente marca a cultura brasileira.

Piguara: Alencar e a invenção do Brasil é livro para ler, refletir e recomendar. Veio para figurar entre os mais fecundos de quantos a crítica brasileira produziu, pois além das qualidades provenientes de séria investigação, além da novidade na abordagem do objeto de estudo, além da discussão inteligente da bibliografia crítica que

o sustenta, o livro é escrito com o saber-sabor que Alencar pretendia conferir às suas obras, quando aludira à língua do “povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba”, porquanto da escrita de Elvya Ribeiro Pereira escorre muito saber com sabor da fruta madura que deixa na língua o desejo de quero mais.